



Moneira Maniz/Agência Senado

Senado aprova Ato Médico e novas regras para FPE

Em Plenário, senadores e representantes da medicina, após a aprovação do projeto que enumera as atividades que são exclusivas dos médicos e as que podem ser compartilhadas com outras profissões da saúde

O Plenário aprovou a proposta que prevê novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O texto tem poucas diferenças em relação ao que havia sido aprovado pelo

Senado e rejeitado pela Câmara. Por ordem do Supremo Tribunal Federal, o FPE precisa ganhar novas regras até o dia 27. O texto vai para a Câmara. Também foi aprovado o Ato Médico,

que tramitou 11 anos e prevê quais atividades são exclusivas do médico e quais podem ser compartilhadas com outros profissionais. O projeto vai para a sanção presidencial. **11**

Desoneração da cesta básica e redução da conta de luz vão à sanção

Capitalização do sistema financeiro passa em Plenário

12



Geraldo Magela/Agência Senado

Durante audiência na CMA, presidida por Blairo (D), ministro Gilberto Carvalho afirmou que governo poderá rever prioridades após onda de manifestações no país

Manifestações trazem novas demandas ao Congresso

Repercussão das mobilizações populares em diversas cidades do país foi assunto predominante no Senado ontem. Senadores concordaram sobre nova pauta de demandas a que o Congresso deverá responder. **6 e 7**

Indústria aponta educação profissional como meta da década **5**

Novo embaixador no Vaticano destaca abertura ao diálogo do papa Francisco **9**

Ministra dos Direitos Humanos apresenta ao Senado pauta de prioridades **2**

Projeto que traça diretrizes para o Orçamento 2014 tem análise adiada **5**

Debatedores pedem juro menor para incentivar plantação de baixo carbono **4**

Dólar não deve estimular inflação, afirma Tombini

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, presidente do Banco Central afirma que câmbio flutuante dá segurança à economia brasileira. Ontem o dólar terminou

o dia cotado a R\$ 2,178, maior nível desde abril de 2009. Alexandre Tombini, porém, garantiu aos senadores que o Brasil está preparado para enfrentar “ventos contrários”. **3**

Ao lado de diretores do Banco Central, Tombini (3º à esq.) fala a senadores da comissão, presidida por Lindbergh Farias (D)



Arthur Monteiro/Agência Senado

Trabalho escravo, tortura e homofobia são apresentadas por Maria do Rosário, durante visita ao presidente do Senado, como preocupações mais urgentes do governo a serem combatidas



João Pereira/Agência Senado
Ao lado de Renan, Maria do Rosário (C) critica proposta sobre "cura gay" aprovada ontem em comissão da Câmara

Ministra cita prioridades nos direitos humanos

A MINISTRA DA Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, visitou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, para tratar de prioridades nos direitos humanos. Ana Rita (PT-ES) também participou do encontro.

De acordo com a ministra, Renan disse que a pauta é bem recebida no Senado. Ela afirmou que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo e que está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dará ao país o principal instrumento para erradicar o trabalho escravo.

— Vamos dar ponto final a essa prática tão danosa aos direitos humanos — afirmou. Outra proposta apontada

pela ministra como prioridade é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/2013, que está na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sob relatoria de João Capiberibe (PSB-AP). O projeto cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Maria do Rosário também pediu agilidade na tramitação do PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Cura gay

A ministra criticou o projeto conhecido como "cura gay" (PDC 234/2011), aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Para Maria do Rosário, trata-se de um projeto que interfere nas funções do Conselho Federal de Psicologia. Ela disse esperar

que a proposta seja rejeitada em outras comissões.

— Quando o projeto fala em cura, considera os homossexuais como doentes. As pessoas têm a liberdade de ser como são, de acordo com a sua identidade — disse.

Mais cedo, Renan recebeu a visita de três indicados ao cargo de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Paulo Dias de Moura Ribeiro, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Regina Helena Costa, juíza federal; e Rogério Schiatti Machado Cruz, procurador federal, serão sabatinados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em data a ser marcada. Depois de aprovados na sabatina, os nomes dos indicados serão examinados em Plenário.

Defesa dos trabalhadores poderá ser premiada

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de Paulo Paim (PT-RS) que institui o Diploma Arnaldo Lopes Sússekind para homenagear, anualmente, cinco brasileiros que contribuírem para a ampliação, o aprimoramento e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

De acordo com a proposição (PRS 73/2012), qualquer organização, governamental ou não governamental, ligada à defesa dos direitos trabalhistas poderá sugerir nomes para a premiação.

O projeto cria o Conselho do Diploma Arnaldo Sússekind, composto por um representante de cada partido ou bloco parlamentar, que será responsável por analisar os currículos dos indicados. Os agraciados receberão diplomas em sessão convocada para a finalidade.

Ao explicar a escolha de Arnaldo Lopes Sússekind para dar nome ao prêmio, Paim diz tratar-se "de um dos maiores juristas do país que, ao longo de toda sua vida, pugnou pelo aperfeiçoamento da legislação trabalhista".

Na justificativa, o autor lembra que as relações trabalhistas, antes estáveis e duradouras, hoje são baseadas em "interesses pontuais e transitórios". Dessa forma, o parlamentar considera oportuno celebrar os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), colocando "em evidência, por meio de uma premiação, a importância do respeito aos direitos trabalhistas no Brasil".

A matéria será agora encaminhada à Comissão Diretora do Senado, para decisão final.

Presidente da ANS presta contas ao Senado

André Longo Araújo de Melo, diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), apresentará amanhã a prestação de contas

anual do órgão, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; e Assuntos Econômicos.

A medida atende à Resolução 4/2013, que obriga os dirigentes das agências reguladoras a prestar contas anualmente ao Senado.

Debate aborda casamento civil entre pessoas do mesmo sexo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, a partir das 9h, audiência pública para debater o casamento civil homoafetivo.

O debate, sugerido por Raulo Rodrigues (PSOL-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA), deve ter a participação da ministra-chefe da Secretaria

de Direitos Humanos da Presidência, Maria do Rosário; dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Erika Kokay (PT-DF); e do advogado Paulo Iotti.

A audiência discutirá a previsão legal do casamento civil, além do que já foi assegurado por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Comissão de Direitos Humanos terá boletim informativo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) criou um boletim eletrônico mensal para divulgar as principais atividades e a agenda.

O informativo, apresentado na quinta-feira pela presidente do colegiado, Ana Rita (PT-ES), vai ser encaminhado por e-mail aos senadores,

órgãos e entidades, assim como aos cidadãos que se interessarem.

Uma versão impressa poderá ser feita para atender necessidades específicas durante a reunião da comissão. Para assinar o boletim, o cidadão precisa entrar em contato com a CDH pelo telefone (61) 3303-4251.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Isenção a CDs e DVDs

14h Na pauta, entre outros itens, proposta de emenda à Constituição (PEC 123/2011) que trata da isenção de impostos para CDs e DVDs.

PRESIDÊNCIA Governador de Alagoas

10h30 Renan Calheiros recebe o governador de Alagoas, Teotônio Vilela, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; às 12h, Raulo Rodrigues e a produtora Paula Lavigne; às 16h, preside a ordem do dia.

CI Mobilidade urbana

7h30 Audiência sobre infraestrutura rodoviária e mobilidade urbana. Logo após, projeto sobre projeções dos limites territoriais na plataforma continental.

CDR Isenção fiscal

9h Projeto que amplia o prazo de concessão dos benefícios fiscais nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam.

CDH Casamento gay

9h A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, participa de audiência pública para debater o casamento civil igualitário.

CAS Violência sexual

9h O primeiro item da pauta de votações da reunião da Comissão de Assuntos Sociais dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas vítimas de violência sexual.

CCJ Concursos públicos

9h Indicação de Cláudio Mascarenhas Brandão para exercer o cargo de ministro do TST. Às 10h, projeto com regras para aplicação de concursos públicos no âmbito da União, dos estados e dos municípios.

CAE Reiturp

11h Audiência pública sobre projeto que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.

SUBCOMISSÃO DA COPA Diligências

14h Requerimento de diligências em estádios e nas obras de infraestrutura e mobilidade nas cidades-sede que receberão jogos da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, **audiência da Comissão de Infraestrutura**; e, na sequência, **reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**. É, às 14h, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Presidente do Banco Central garante que os preços estão sob controle e que o câmbio flutuante dá segurança à economia. No cenário internacional, ele ainda vê riscos para a estabilidade financeira



Alexandre Tombini (D) fala à Comissão de Assuntos Econômicos em visita trimestral determinada pelo Regimento Interno

Tombini vê baixo risco de impacto do dólar na inflação

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, disse ontem que são reduzidos os riscos de impacto da alta do dólar na inflação brasileira. A previsão foi feita em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para Tombini, que repetiu prognósticos positivos sobre a inflação, o país está preparado para enfrentar “ventos contrários”.

O dólar terminou o dia ontem cotado a R\$ 2,178, maior nível desde abril de 2009, mesmo após intervenções do Banco Central.

— O regime de câmbio flexível e uma adequada condução da política monetária reduzem o eventual repasse da depreciação cambial para a inflação — afirmou Tombini, que comparou o regime de câmbio flexível a uma fortaleza contra os choques da economia.

A audiência atendeu o Regimento Interno do Senado, que prevê comparecimento do presidente do Banco Central à CAE a cada três meses. O objetivo é discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

Tombini também afirmou que o BC tenta extrair a volatilidade excessiva do mercado, mas negou o uso da política cambial para incentivar a economia ou estabilizar a inflação. Para ele, há outros instrumentos para esses fins.

A declaração veio após questionamento de Francisco Dornelles (PP-RJ), que alertou para a interferência do BC no mercado para impedir a desvalorização do real. O senador afirmou que o câmbio flutuante é fundamental para manter as contas externas equilibradas e disse considerar, que, com essa política, é impossível haver crise cambial.

Ajustes na taxa básica de juros ajudaram a conter alta de preços

O presidente do BC afirmou que fará o que for necessário para combater a alta de preços, que atribuiu aos choques de demanda de origem externa e interna. Na opinião de Tombini, o problema está controlado.

— A avaliação do Banco Central, que mais uma vez quero aqui reafirmar, é de que a inflação tem estado, está e continuará sob controle. A comunicação do Banco Central, respaldada por suas ações, tem sido consistente com essa visão — disse Tombini.

Como exemplo de ações do Banco Central para controle da inflação, o presidente do BC apontou o início de um ciclo de ajustes na taxa básica

de juros da economia (Selic) em abril. Ele lembrou que a inflação mensal já está em patamar menor que o do início do ano, mas que a inflação acumulada em 12 meses ainda apresenta tendência de elevação em curto prazo.

Para o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), o Banco Central tem adotado uma política sóbria, que tem o reconhecimento dos senadores. Lindbergh disse apoiar as decisões do BC em relação aos juros, já que as decisões técnicas feitas anteriormente criaram confiança.

— Vossa Excelência se forma como um guardião dessa estabilidade monetária — afirmou o senador.

Crescimento do consumo dará suporte à economia brasileira

De acordo com Tombini, o principal suporte da economia continuará sendo o mercado interno. A previsão é de evolução do consumo, apoiado pela expansão do crédito, geração de empregos, programas de transferências de renda e aumento dos salários. O presidente do BC também apontou a ampliação dos investimentos, que gerou reflexos no crescimento da produção e da importação de bens de capital.

— Além da atual recuperação cíclica da formação bruta de capital, que ocorre em linha com o ciclo dos negócios, criam-se perspectivas de que, nos próximos anos, ocorra uma ampliação da taxa de investimento — disse.

Tombini citou o aumento da produção industrial no trimestre passado e a perspectiva de safra recorde

de grãos em 2013. O crescimento da produção agrícola garante resultados em outros segmentos, como na produção de máquinas agrícolas, por exemplo.

Segundo Tombini, o ambiente internacional permanece complexo e os riscos para a estabilidade financeira global ainda são altos. Mas ele apontou avanços na atividade econômica em economias maduras e bom desempenho nas economias emergentes.

Para os próximos semestres, Tombini diz prever avanço da economia nos Estados Unidos. Já para a Europa, as previsões apontam retração em vários países, como Itália, França e Espanha, e desaceleração na Alemanha. Para o Japão, disse haver boas perspectivas de crescimento, resultado dos estímulos monetário e fiscal.

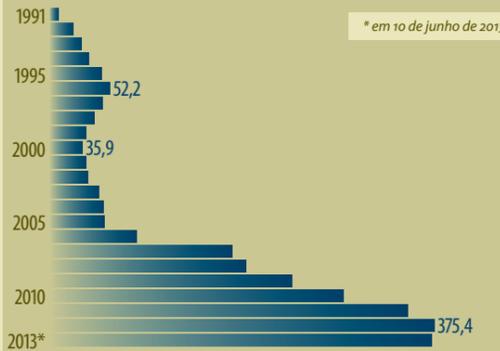
Números do Banco Central

Tombini apresentou resultados e projeções econômicas nacionais e internacionais aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos

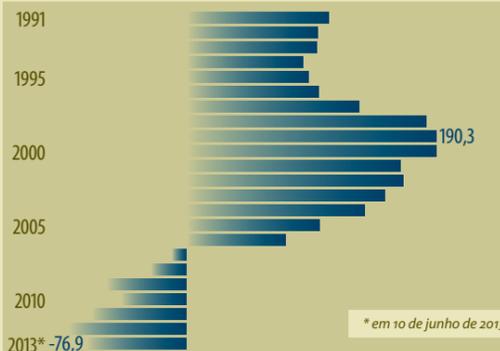
ECONOMIA GLOBAL: EXPECTATIVAS DE CRESCIMENTO EM 2013 (em %)



AUMENTO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS DO BRASIL (em US\$ bi)



DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA EM QUEDA (em US\$ bi)



CRESCIMENTO DAS ECONOMIAS NO 1º TRIMESTRE DE 2013 (em %)



CRESCIMENTO DO PIB ESPERADO EM 2013 (em %)



SAFRA RECORDE DE GRÃOS ESPERADA PARA 2013 (em milhões/t.)



EMPREGO E RENDA (% 12 meses)



INFLAÇÃO: IPCA (% 12 meses)



Fonte: Banco Central



A senadora Vanessa Grazziotin conduz a audiência pública da CMMC sobre a agricultura de baixa emissão de carbono

Comissão pede incentivo à plantação de baixo carbono

Em audiência pública sobre programa do Ministério da Agricultura, debatedores afirmaram que os juros dos financiamentos precisam ser reduzidos e que a assistência técnica rural deve ser reforçada

AO DEBATER O Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), do Ministério da Agricultura, integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) concluíram ontem ser necessária uma maior redução da taxa de juros e da burocracia na política de crédito e mais investimentos em insumos e assistência técnica rural.

O ABC oferece, para agricultores que usam práticas redutoras da emissão de gases do efeito estufa, linha de crédito com juros de 5% ao ano, prazo de 15 anos para saldar a dívida e até R\$ 1 milhão como limite de empréstimo.

O desafio do programa, segundo o representante do Ministério da Agricultura, José

Guilherme Leal, é conciliar produção sustentável e preservação ambiental.

Críticas ao esquema de crédito do ABC foram feitas pelo assessor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) João Carlos de Carli. Ele disse que os juros estão acima dos bancários:

— O sistema não incentiva a migrar para a agricultura de baixo carbono. O agricultor prefere bancos onde taxas de juros e exigências são menores.

Além de linha de crédito acessível e a baixo custo, o emprego de inovações tecnológicas foi apontado como fundamental no programa ABC. É isso que irá permitir a substituição de formas tradicionais de cultivo, que minam

a produtividade e concorrem para uma maior emissão de gás carbônico, segundo os participantes do debate.

Para disseminar essas opções agrícolas, é necessário treinar melhor os técnicos que atuam na assistência técnica e extensão rural (Ater).

— É importante ter agentes de Ater que dominem mecanismos diferentes dos estabelecidos para a sustentabilidade na agricultura — afirmou o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário na audiência, Marco Pavarino.

A presidente da comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), sugeriu que programas governamentais ao pequeno produtor ofereçam financiamento a fundo perdido.

MP de combate à seca terá relatório terça

Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator da Medida Provisória 610/2013, que trata de ações emergenciais em municípios atingidos pela seca no Nordeste, explicou ontem que está discutindo o tema com a equipe econômica do governo.

— Temos de encontrar um

mecanismo para que não apenas os “pronafricanos” sejam beneficiados com a medida. Ele se comprometeu a concluir o texto na próxima terça-feira.

A MP amplia benefícios concedidos a agricultores familiares que participam do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (Pronaf). Pelo texto, dívidas de até R\$ 15 mil receberão descontos de 85% no semiárido e de 65% nos demais municípios da Sudene. Para os valores acima de R\$ 15 mil, os descontos são de 75% no semiárido e 45% nos outros. A MP concede prazo até 30 de dezembro de 2014 para liquidação das operações e suspende até a mesma data o prazo de prescrição.

Entre os outros pontos, o texto também concede adicional de até R\$ 560 ao valor do Garantia-Safra, por família, aos agricultores que aderiram ao Fundo Garantia-Safra. O valor deverá ser pago em até quatro parcelas mensais de R\$ 140. (Da Agência Câmara)



Açude de Boqueirão: MP beneficia municípios atingidos pela seca no Nordeste

Comissão de Orçamento aprova verba para atingidos por estiagem

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória 611/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 3,96 bilhões para os Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional. A maior parte do dinheiro será destinada ao atendimento de populações atingidas pela estiagem no semiárido.

Para a relatora da proposta, deputada Gorete Pereira (PR-CE), “é imprescindível e oportuna essa forma de intervenção do governo federal”.

A MP seguirá para análise no Plenário da Câmara e, em seguida, do Senado.

Adiada instalação de colegiado sobre armazenagem de grãos

Foi adiada ontem a instalação da comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 619/2013. Uma nova data ainda será marcada para a reunião.

A MP estabelece medidas para ampliar a capacidade de armazenagem de grãos e para enfrentamento da seca no Nordeste. Uma das ações é a autorização para que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) contrate o Banco do Brasil para gerir e fiscalizar obras relacionadas à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns de guarda e conservação de produtos agropecuários.

Anvisa relata dificuldade em proteger saúde da população

Em audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), realizada ontem, o diretor-adjunto da Anvisa, Neilton Araujo de Oliveira, relatou as dificuldades do órgão no trabalho de proteção à saúde da população.

Ele informou que, no caso da propaganda de alimentos para crianças, a Anvisa elaborou recentemente regulamentação para proteger o público infantil da indução excessiva feita em comerciais de TV, a qual já está enfrentando ações judiciais.

Em resposta a Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, Oliveira disse que, no setor de agrotóxicos, análises da Anvisa em alimentos — indicando presença de pesticidas e de produtos proibidos no país — são muitas vezes colocadas em segundo plano, pela necessidade de assegurar a produtividade agrícola.

— Eu diria que a saúde é ao mesmo tempo um direito, um bem de cidadania, mas, de outro lado, é uma mercadoria. Em algum momento esse peso econômico, os interesses econômicos embutidos aí prevalecem sobre os interesses sociais e sanitários — afirmou.

Marta Maria Alves da Silva, especialista em medicina preventiva do Ministério da Saúde, destacou a importância dos meios de comunicação na promoção de comportamentos seguros e saudáveis. Para ela, o Brasil ainda tem muito que avançar na regulamentação da propaganda de alimentos para o público infantil e de bebidas alcoólicas.

Na mesma linha, Paulo Coscarelli, diretor do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), citou a importante parceria celebrada entre o órgão e o programa *Fantástico*, da TV Globo, para divulgação de práticas de consumo seguro de produtos. Segundo ele, em 18 anos de trabalho conjunto com a TV Globo, já foram divulgados resultados de mais de 300 análises de produtos e serviços, contribuindo para a conscientização dos consumidores.

Comentando proposta de Ana Rita de criação de sistema de informações sobre a utilização segura de brinquedos, Coscarelli considerou necessário esclarecer os pais sobre o risco de crianças menores

manipularem brinquedos com partes pequenas.

A secretária de Direito do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva, des-

tacou o trabalho da pasta em coordenar ações dos diversos órgãos do governo voltadas para a proteção dos consumidores.

— O Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, e o Inmetro, cada um em sua área de competência, têm um único objetivo que é cuidar da qualidade e da segurança dos produtos para que a saúde e a vida dos consumidores seja melhor no Brasil — assegurou.

Ao final da audiência pública, Ana Rita fez um apelo para que governadores e prefeitos do país se esforcem para implantar órgãos de defesa do consumidor (Procons) nos estados e cidades para fortalecer a rede de proteção aos consumidores brasileiros.

Neilton Oliveira:
“peso econômico prevalece sobre interesses sociais e sanitários”



Diretor-adjunto da Anvisa, Neilton Oliveira, com a senadora Ana Rita (D)

Educação profissional pode favorecer indústria

Confederação aponta medidas para aumentar a competitividade do país, como aprendizado com foco na prática e investimento na formação de engenheiros e tecnólogos

A EDUCAÇÃO É apontada como o principal fator-chave para a competitividade da indústria brasileira nos próximos anos, segundo o *Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022*, em que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) destaca os pontos considerados mais importantes para o desenvolvimento do setor no país. Também aborda questões como as tendências nacionais e mundiais que afetam a indústria. O documento foi apresentado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em audiência pública com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Andrade disse que, hoje, a indústria de transformação representa cerca de 14% do produto interno bruto (PIB). Segundo ele, o objetivo da CNI, a partir do mapa, é que a indústria de transformação alcance mais de 20% do PIB até 2022.

Na avaliação de Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da CNI, para



Representantes da CNI apresentam à Comissão de Assuntos Econômicos documento sobre estratégias para a indústria

aumentar a competitividade da indústria nacional, uma das principais medidas a serem tomadas é a ampliação e a melhora da educação profissional, a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos, com um ensino que não seja “academicista”, mas sim focado no trabalho e na aprendizagem prática.

Lucchesi criticou a “cultura do bacharelado”, que leva o conteúdo curricular

das escolas a ser estruturado como se todos fossem fazer vestibular e ingressar no nível superior.

— Isso provoca uma enorme exclusão do processo de preparação para o mundo do trabalho — protestou.

Por isso, argumenta, é preciso verificar o que acontece nos países desenvolvidos e “corrigir a matriz educacional brasileira”.

— Enquanto no Brasil apenas 6% dos jovens de 15 a 19

anos fazem educação profissional junto com a educação regular, na Alemanha esse percentual é de 53% e, no Japão, de 55% — ressaltou.

O diretor da CNI também citou uma pesquisa segundo a qual os jovens querem um ensino que tenha foco no trabalho e na aprendizagem prática, em contraste com uma escola que é “excessivamente academicista”. Ele destacou a importância do Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

— O Brasil precisa de uma escola que dialogue com a juventude, que sirva às necessidades da competitividade, dando ênfase em habilidades e competências — frisou.

Engenheiros

No âmbito do ensino superior, Lucchesi defendeu o estímulo à formação de engenheiros e tecnólogos. Segundo ele, de cada 100 graduados no país, somente 5 são engenheiros, enquanto na China a marca é de 36 e, na Coreia do Sul, de 25. Sobre a pós-graduação, Lucchesi afirmou que “apenas” 13% dos apoios e financiamentos oferecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, vinculada ao Ministério da Educação) aos programas de pós seriam destinados a cursos de Engenharia e “ciências duras”.

— Precisamos de uma política educacional à altura dos desafios do Brasil — reiterou.

Brasil deve exportar mais que commodities

Durante a audiência, Robson Andrade afirmou que um país de dimensões continentais como o Brasil “não pode se dar o luxo de viver apenas da exportação de bens primários, commodities e serviços”.

Comentário semelhante foi feito por Lindbergh Farias (PT-RJ), presidente da CAE, e Armando Monteiro (PTB-PE), que já presidiu a CNI. Andrade disse que “não há

países ricos, com distribuição de renda e inclusão que não tenham a indústria forte”. Ele ressaltou que a indústria é diversificada e está espalhada pelo país.

O diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Coelho Fernandes, afirmou, por exemplo, que “a China colocou o mundo de cabeça para baixo na área de manufatura”.

Andrade frisou que a indústria de transformação — que inclui a automobilística, de eletroeletrônicos e de calçados — já representou cerca de 30% do PIB e hoje representa 14%. O objetivo, diz, é chegar a 2022 com mais de 20%.

O Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, da CNI, pode ser acessado em <http://bit.ly/mapaIndustria2013>

Para melhorar a competitividade

EDUCAÇÃO
• básica • profissional • formação de engenheiros e tecnólogos
AMBIENTE
• macroeconomia • desenvolvimento de mercados • eficiência do Estado • segurança jurídica e redução da burocracia
CUSTOS DE PRODUÇÃO E INVESTIMENTOS
• tributação • financiamento • relações de trabalho • infraestrutura
INOVAÇÃO E PRODUTIVIDADE
• competências das empresas

Comissão adia votação do relatório preliminar da LDO 2014

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013). O relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), acredita que falta mobilização do governo para aprovar a proposta. Ele já começou a trabalhar no relatório final, que precisa

ser aprovado em Plenário até 17 de julho para que o Congresso entre em recesso. O que deveria ter sido votado no início do mês e que foi adiado ontem novamente é o relatório preliminar, que uma vez aprovado abre o prazo de emendas ao relatório final.

Deputados temem que a demora em abrir o prazo faça

com que o texto seja pouco discutido, mas Forte tem negociado as emendas, ainda que não apresentadas, para adiantar o trabalho.

Ontem, o assunto foi debatido na CMO por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), da Caixa Econômica Federal e da Confederação Nacional de Municípios (CNM) na busca de ideias para a execução de projetos de infraestrutura.

— Nós vimos pela exposição da CNM que, em dado momento do ano, 93% dos municípios estão sem condições de fazer convênios com a União. Tem de haver uma solução — disse Forte.

Para o senador Wilder Moraes (DEM-GO), ficou claro que os municípios não têm estrutura nem pessoal para resolver o problema.

— Se queremos ver esses recursos bem empregados, precisamos começar a capacitar os gestores, e o governo precisa ajudá-los tecnicamente — afirmou.

Para o representante da CNM, André Amorim Alencar, não é fácil para os municípios comprovar as exigências. O Cadastro Único de Convênios, por exemplo, limita as transferências da União caso um dos 14 itens dele não seja apresentado.

O superintendente nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa, José Carlos Medaglia Filho, admite que o banco sofre com a demora na liberação de recursos. A Caixa passou a gerir diversos convênios da União em nome dos órgãos executores, geralmente ministérios. Com isso, houve

substituição dos quadros de engenharia dos ministérios por um setor de avaliação de projetos da própria Caixa.

O coordenador-geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do TCU, Adalberto de Vasconcelos, defendeu a instituição, que nos últimos anos estava sendo responsabilizada por atrasos por caracterizar obras como irregulares. Pelos dados do tribunal, apenas 7 novas obras foram incluídas no último ano, e o total de obras caiu de 87 em 2003 para 22 irregulares em 2012.

— Temos trabalhado desde o início, já nos editais, para evitar irregularidades.

Forte lamentou que a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base não tenha enviado um representante para o debate.



Presidente da comissão, Lobão Filho (2º à dir.) conduz debate com especialistas

Manifestações de rua revelam insatisfação e novas demandas ao Congresso

Após a noite tensa de segunda-feira, em que milhares de manifestantes protestaram em frente ao Congresso e chegaram a ocupar a cobertura do prédio, a natureza do movimento e suas reivindicações foram assuntos dominantes em

debates nas comissões e pronunciamentos no Plenário do Senado. Senadores destacaram o fortalecimento da democracia e condenaram atos de vandalismo. A insatisfação com a qualidade dos serviços públicos oferecidos hoje, destacada pela reação ao aumento

das tarifas de transporte público que originou as mobilizações, foi ressaltada por muitos parlamentares como um alerta da sociedade para uma nova pauta de demandas à qual o Congresso deve responder. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da

República disse aos senadores que manifestações devem fazer o governo rever a adequação de prioridades. O presidente do Senado reafirmou a disposição do Congresso de considerar o sentimento das manifestações populares e tornar concretas as demandas.

Recado das manifestações pode mudar prioridades do governo, afirma ministro

“É preciso ver se as prioridades estão adequadas [às demandas da sociedade]. A posição da presidenta Dilma é de abertura, de tentativa de diagnóstico e de reagir de maneira adequada, sem a pretensão de ter um único recado.” Assim reage o governo federal às manifestações que ocorreram no país nos últimos dias, nas palavras do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Aos senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Gilberto Carvalho afirmou que o momento requer humildade para entender o que está acontecendo no país e qual o propósito dos manifestantes. Carvalho apontou a complexidade das novas formas de



Ào lado de Blairo Maggi, ministro Gilberto Carvalho presta esclarecimentos à CMA

mobilização, diferentes do que se via até então, “com carro de som e lideranças com quem negociar”. José Agripino (DEM-RN) apontou como evidente o desacordo entre as prioridades do governo e os anseios da sociedade. — Alguns devem dizer “eu quero metrô”, e o governo aparece

com financiamento para geladeira. Eu quero solução para a fila do SUS, e o governo aparece com o Estádio Mané Garrincha. Gilberto Carvalho observou que as prioridades até agora foram as definidas no programa de governo vitorioso nas últimas eleições, que resultaram

em ações em favor do avanço e desenvolvimento do país. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) acredita que as manifestações indicam que os avanços obtidos pelo país não são suficientes. Para ele, a agenda de governo, com foco na redução da pobreza e no consumo, não atende os anseios da população, que pede qualidade dos serviços públicos. — Essa indignação tende a aumentar frente à possibilidade de grande exposição, como na Copa das Confederações, com críticas à preparação dos grandes eventos, que estão custando caro e não deixam o legado que se esperava — opinou. Já o presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), considera que os brasileiros agora querem ser atendidos em suas necessidades.

— No tempo em que se pediu sacrifício, os brasileiros atenderam. Agora, quando se diz que o país é rico, que tem dinheiro para fazer grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, a população não entende que não sobrou nada para resolver seus problemas — afirmou. Para Gilberto Carvalho, a multiplicidade das expressões torna mais complexos os movimentos: — Em relação ao conteúdo, temos que estar atentos para entender o porquê de uma adesão tão ampla e massiva. Temos que estar sensíveis, caso contrário vamos na contramão da história. Vale a pena estarmos atentos, para compreender e dar uma resposta adequada a esse novo tempo vivido pelo Brasil — disse o representante do Executivo.

Haddad e Fortunati debatem tarifa hoje na CAE

A redução das tarifas de transporte público por meio de desoneração tributária foi discutida ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para hoje, está marcada audiência sobre o tema, para instruir a análise do projeto que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup). Entre os convidados, estão os prefeitos de Porto Alegre, José Fortunati (que é presidente da Frente Nacional de Prefeitos); de São Paulo, Fernando Haddad (vice-presidente); e do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), apresentou parecer favorável ao projeto (PLC 310/2009), já aprovado pela Câmara dos Deputados. O sistema é condicionado à implantação do bilhete único.

Na reunião de ontem, foi pedida vista coletiva da proposta, que concede diversos benefícios fiscais em nível federal, alguns deles já previstos em duas medidas provisórias — MPs 612/2013 e 617/2013. Substitutivo apresentado por Lindbergh amplia esses benefícios e condiciona o regime tributário à adesão de estados e

municípios, que deverão zerar as alíquotas do ICMS e do ISS das empresas de transporte, as quais terão de repassar os incentivos às tarifas. A proposta reduz a zero a contribuição para o PIS-Pasep e a Cofins das passagens, o que já é previsto na MP 617/2013. Também propõe zerar a Cide-Combustíveis na aquisição de óleo diesel para abastecer os veículos de transporte coletivo, providência já implementada pelo Decreto 7.764/2012. As novidades estão na contribuição patronal à seguridade social, que seria reduzida de 2% para 0,5% do faturamento bruto, e no PIS-Pasep e na Cofins na aquisição de insumos relativos à operação dos serviços de

transporte — óleo diesel, energia elétrica e bens de capital —, que seriam zerados. E haveria ainda a inclusão de veículos leves sobre trilhos (VLT) e de monotrilhos entre os modais de transportes incentivados. Ivo Cassol (PP-RO) lembrou a autonomia de estados e municípios para aprovar esse tipo de isenção para os impostos por eles arrecadados e disse que o governo federal poderá dar sua contribuição com isenção dos impostos e contribuições federais sobre passagens e tributação dos carros para transporte individual. A proposta receberá decisão terminativa na CAE e, se acolhida, deve ser enviada de volta à Câmara, devido às modificações.

Gilberto Carvalho nega investigação paralela no caso de tráfico de influência por Rosemary Noronha

Gilberto Carvalho negou que tenha havido investigação paralela ao processo de sindicância realizado pela Casa Civil para apurar denúncias de tráfico de influência por parte da ex-chefe do escritório da Presidência em São Paulo Rosemary Noronha. Convidado a explicar o caso em

audiência ontem na CMA, ele contou que a Casa Civil instaurou a sindicância três dias depois de deflagrada a Operação Porto Seguro, que revelou esquema de fraudes envolvendo Rosemary Noronha. O que foi tratado como investigação paralela em matéria da revista *Veja*, segundo Carvalho, foi o acompanhamento

do caso pela Secretaria de Controle Interno (Ciset). Conforme o ministro, esse acompanhamento resultou em alerta à Casa Civil sobre procedimentos que poderiam suscitar nulidade da sindicância. Respondendo a questionamento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor do requerimento para a audiência, o

ministro disse que Rosemary integrava comitivas presidenciais em viagens oficiais ao exterior como colaboradora do cerimonial. O ministro confirmou que Rosemary estava hierarquicamente subordinada a ele, mas negou que tivesse conhecimento das atividades irregulares reveladas pela Operação Porto Seguro.

Para Renan, Brasil mudou e Parlamento tem que materializar as novas demandas

O Congresso Nacional precisa recolher o sentimento das manifestações populares. A avaliação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao comentar a onda de protestos que levou milhares de pessoas às ruas de diversas cidades do país nos últimos dias. O presidente confirmou que deu ordens à Polícia Legislativa para não reprimir a manifestação dessa segunda e disse que contra “o excesso de democracia, mais democracia”. Na visão de Renan, o Brasil mudou e tem novas demandas. — É um direito legítimo, que precisa ser respeitado. O Congresso tem que materializar esses direitos que a sociedade está cobrando — afirmou. Para o senador Romero Jucá (PMDB-RR), o Congresso está fazendo a sua parte. Ele citou a nova divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e os novos direitos



Renan afirma que contra “o excesso de democracia, mais democracia”

dos empregados domésticos como exemplos. Com as manifestações, segundo Jucá, novas demandas foram apresentadas — como a questão do preço das passagens e a cobrança por melhores serviços públicos. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que não há como apontar os governos federal, estadual ou municipal nem “o partido A ou B” como culpado pela insatisfação da sociedade. Ele lembrou que a presidente Dilma, no passado, era um desses jovens que lutavam pela transformação do país.

Representantes do Movimento Passe Livre serão convidados para audiência

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem a realização de audiência sobre tarifas e funcionamento das concessões dos sistemas de transporte urbano. O debate ainda não tem data marcada. No pedido, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sugere a presença, entre outros convidados, de representantes do Movimento Passe Livre e dos prefeitos de São Paulo,

Fernando Haddad, e de Macapá, Clécio Luís Vieira.



Randolfe quer recuperar o caráter de direito da juventude nas discussões

Paim diz que é erro criminalizar protestos

Paulo Paim (PT-RS) disse que os protestos são legítimos, necessários e fazem parte da democracia. — Reclamávamos que a juventude estava parada, e aí está a juventude fazendo seus protestos. Ele disse que a Constituição garante a livre manifestação de pensamento e que não se pode confundir a violência de poucos com a boa intenção de milhares. — Não me venham com a ideia de criminalizar manifestações. Deixem a juventude mostrar com que cores quer pintar a aquarela brasileira.



Gurgacz aponta gastos exagerados com a Copa

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que as manifestações são um alerta da sociedade para a necessidade de mais investimentos em mobilidade urbana, educação, saúde, infraestrutura e segurança. Para ele, revelam a insatisfação da população com o mau uso do dinheiro público. — Precisamos ter atenção para a inversão de prioridades que estamos vivendo com os investimentos astronômicos nos estádios para a Copa do Mundo. O povo, disse, tem outras prioridades, que deveriam ter sido atendidas antes.



Serviços públicos não têm qualidade, critica Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que as conquistas referentes à democracia já são insuficientes ante as novas demandas. Segundo ele, a população já não consegue oferecer serviços públicos de qualidade — mobilidade, saúde, educação e segurança. — O brado de indignação ouvido pelas ruas é o brado de que, ao lado de gastos estrondosos com a Copa, não há uma contrapartida adequada nos investimentos dos serviços públicos de qualidade. Inácio citou a Polícia do Senado, que, segundo ele, agiu “com tranquilidade e paciência” em relação aos manifestantes que ocuparam a área externa do Congresso Nacional anteontem.



Inácio: trata-se de uma luta política da juventude

Inácio Arruda (PCdoB-CE) advertiu que o movimento responsável pela onda de protestos não pode ser instrumentalizado, com o “falso discurso de apatidão”, por setores conservadores. — Temos que ter essa consciência da batalha política que se trava em torno de bandeiras tão importantes que a juventude brasileira tem abraçado. Inácio citou a Polícia do Senado, que, segundo ele, agiu “com tranquilidade e paciência” em relação aos manifestantes que ocuparam a área externa do Congresso Nacional anteontem.



Democracia está se fortalecendo no país, avalia Davim

A mobilização deixou os analistas políticos perplexos e os políticos amedrontados porque foi algo grandioso, disse Paulo Davim (PV-RN). O senador repudiou os atos de vandalismo e disse que a democracia está se fortalecendo. — À horda de vândalos que tenta tirar a legitimidade do movimento, a lei. Para o povo, o aplauso — afirmou. Para ele, os jovens buscam ampliar os direitos como cidadãos e querem políticas de mobilidade urbana, perspectivas diferentes para a vida e mais recursos para a educação e a saúde. O senador também apontou a PEC 37/2011, que retira poderes de investigação do Ministério Público, como uma das medidas que causaram revolta na sociedade.



Mário Couto vê indignação com a corrupção

As manifestações em diversas cidades revelam, entre outras coisas, a indignação dos brasileiros com a corrupção e a imoralidade que crescem no país, disse Mário Couto (PSDB-PA). — Diante da quantidade de males cultivados no país, como a violência e a má qualidade da saúde e da educação, não se esperava outra coisa senão o povo, ordenado, mas furioso, sair à rua. O senador também apontou a PEC 37/2011, que retira poderes de investigação do Ministério Público, como uma das medidas que causaram revolta na sociedade.



Flexa: políticos devem ouvir as vozes das ruas

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que ontem foi um dia para os brasileiros lerem os jornais e sentirem orgulho do que fizeram. — Movimentos foram realizados em 12 capitais e em pelo menos 16 cidades do interior. Nós, representantes eleitos, precisamos refletir e buscar sintonia com as vozes das ruas. Essa reflexão devemos fazer sem dar margem a pensamentos oportunistas. Os próprios manifestantes não permitiram a bandeira de partidos nos protestos. Para o senador, todas as reivindicações foram legítimas.



Segundo Cassol, foi “ato cívico de gente honrada”

Ivo Cassol (PP-RO) classificou as manifestações de “ato cívico de pessoas honradas e sérias”, mas criticou excessos cometidos por “grupos infiltrados”. Ele afirmou que o governo tem que acabar “com a farra de incentivos [fiscais] para a compra de carros” e repassar esses incentivos para o transporte coletivo. Disse não entender a variação nos preços das passagens de ônibus entre os estados se os veículos usados e os impostos pagos são os mesmos. — O transporte público é porcaria e superlotado, não tem investimento.



Suplicy quer facilitar diálogo com manifestantes

O governo e o Congresso devem estar sensíveis aos desejos expressos nos protestos, afirmou Eduardo Suplicy (PT-SP), um dos parlamentares que tentaram dialogar com os manifestantes na noite de segunda-feira em Brasília. Suplicy reiterou a disposição de servir de canal para que a pauta de reivindicações seja ouvida. — É tão importante que tenhamos essas manifestações. A própria presidente [Dilma Rousseff] expressou que o Brasil acordou mais forte por causa da grandeza das manifestações.



Na visão de Jayme, classe média está insatisfeita

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que as manifestações mostram que a sociedade, principalmente a classe média, cansou de ser enganada com políticas públicas que não a beneficiam. O senador ressaltou que o governo não tem políticas definidas para a classe média — a principal vítima da inflação, dos juros e da violência. Ele acrescentou que a classe média quer transparência na gestão pública, combate à corrupção, fim da impunidade e luta contra o crime. — Trata-se, portanto, de uma agenda política.



Baderneiros, ressalta Valadares, foram exceção

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) classificou as manifestações como sinal de funcionamento da democracia e exercício de “direito garantido pela Carta Magna”. Criticou, porém, os atos de violência, que, no entender dele, ferem os objetivos democráticos. — O povo agiu dentro das regras estabelecidas pela Constituição, salvo pequenas exceções de baderneiros, de provocadores, de pessoas que não tinham nada a ver com esse movimento legítimo e atentaram contra o patrimônio público e pela desmoralização das instituições.



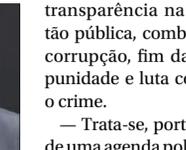
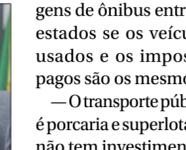
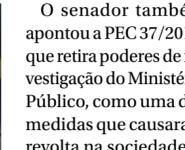
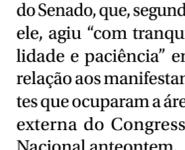
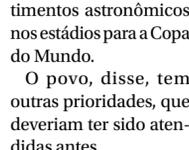
Segundo Pinheiro, comportamento da sociedade mudou

Para Walter Pinheiro (PT-BA), as manifestações de rua representam a síntese das mudanças no comportamento da sociedade brasileira, que demanda a consolidação da democracia e a garantia ao acesso universal e igualitário de serviços públicos. Ele destacou a redução da qualidade de vida nas cidades, sem que inovações tecnológicas se revertam em melhores serviços para o trabalhador. Na avaliação do senador, a população tem afirmado nas ruas que está atenta e precisa participar cada vez mais das decisões.



País quer outro tipo de política, afirma Lídice

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a ausência de partidos políticos claramente identificados como líderes nas manifestações torna necessário compreender a crise de representação política por que passam os partidos atuais. Ela ressaltou que os manifestantes “querem que a política se expresse e se efetive de outra maneira”. — Nós, políticos, precisamos compreender isso também para compreender o limite da nossa ação, o limite da democracia representativa, os instrumentos de participação popular que estão sendo criados.



Comerciantes e vendedores não chegam a acordo sobre comissão

Texto prevê que comerciante receba ao menos 4% sobre o valor da venda; nova reunião tentará chegar a índice que satisfaça ambos os lados

COMERCIANTES E COMERCIÁRIOS querem discutir melhor o projeto de Ruben Figueiró (PSDB-MS) que torna obrigatório o pagamento ao trabalhador de comissões de ao menos 4% sobre as vendas.

O assunto foi discutido ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a pedido do relator, Paulo Paim (PT-RS).

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), recomendou a construção de um texto consensual, uma vez que alguns setores têm dificuldade de pagar o percentual de comissão previsto no projeto (PLS 47/2013). Paim marcou para amanhã uma reunião com

representantes do setor, para buscar elaborar um substitutivo que atenda os interesses dos trabalhadores sem prejudicar os empresários.

Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Antônio Lisboa Cardoso disse que o texto tem vícios de inconstitucionalidade, pois impõe medidas a todas as empresas. Ele destacou que há diferentes realidades no país, como o tipo e o tamanho do empreendimento, e que a proposta não valoriza as negociações entre trabalhadores e empresariado.

Para Cardoso, o projeto pode

inviabilizar a atividade de pequenos e microempresários ou mesmo de setores cuja margem de lucro muitas vezes é o percentual estabelecido para pagar aos vendedores.

— Entendemos o pleito dos trabalhadores, mas temos de pensar no conjunto das empresas e da sociedade. Não podemos comprometer o setor produtivo com mais custos — disse Cardoso.

Na opinião do presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Adelmir Santana, a fixação de um mesmo percentual para todos os empresários é um desrespeito ao princípio constitucional que

prevê tratamento diferenciado para os pequenos. Ele disse que determinados setores, como o de medicamentos, têm preços controlados pelo governo e uma margem de lucro que os impossibilita de pagar o percentual previsto na proposta.

Na avaliação dele, incluir a obrigatoriedade na Consolidação das Leis do Trabalho vai gerar aumento dos preços para o consumidor final e comprometer a oferta de emprego.

— Não estou dizendo que não existem setores que podem até pagar essa comissão de 4%. Mas jogar isso na lei maior, na CLT, não me parece uma coisa de bom alvitre — disse Santana.



Sérgio Petecão apoiou pedido de vista que provocou adiamentos

Adiada votação de empréstimos para Acre e Ceará

Por falta de acordo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação de duas solicitações de autorizações de empréstimos que estavam na pauta ontem: US\$ 72 milhões para o Acre e US\$ 66,5 milhões para o Ceará, ambos com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A polêmica começou quando Ivo Cassol (PP-RO) pediu vista da mensagem que beneficia o Acre, sob o argumento de que o estado merece recursos a fundo perdido, e não empréstimo, pela contribuição à preservação ambiental.

Sérgio Petecão (PSD-AC) apoiou o pedido e anunciou a disposição de discutir “saídas para o Acre”. Segundo ele, relatório da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) classificou o Acre na categoria C3*, que indica que “não atende os indicadores de endividamento e de serviços da dívida”.

Anibal Diniz (PT-AC) contestou a declaração de Petecão, assegurando que o Acre está em dia com as obrigações financeiras, e pediu a Cassol que retirasse o pedido de vista.

Considerando o Acre prejudicado, Anibal anunciou que solicitaria vista de todos os pedidos de empréstimo com classificação semelhante. E foi o que fez no exame da mensagem que pleiteava autorização para operação entre o BID e o Ceará no valor de US\$ 66,5 milhões.

A iniciativa causou insatisfação a Eunício Oliveira (PMDB-CE), que apoiava o Acre e cobrou de Anibal reciprocidade no tratamento.

Romero Jucá (PMDB-RR) advertiu que os pedidos de vista conflavam o ambiente político na comissão. Pediu a Anibal que revisse sua posição.

O senador pelo Acre permaneceu irredutível e o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-AC), concedeu vista coletiva para os dois pedidos.



Waldemir Moka (C), presidente da CAS, recomendou a construção de um texto consensual e apontou dificuldade de alguns setores de pagar 4% de comissão

Empregados ficam à mercê de metas, diz sindicalista

Os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) apoiam a proposta de Ruben Figueiró e consideram que a fixação de uma porcentagem para as comissões beneficiará a categoria, uma vez que não há regulamentação do tema.

Existem no país empresas de diversos tamanhos, sem que haja uma convenção sobre o percentual pago ao comerciante, afirmou o primeiro-tesoureiro da CNTC, Luiz Carlos Motta. O que existe, disse, é a garantia de remuneração básica quando o valor

das comissões não atinge o piso salarial da categoria. No entanto, ele concorda que o percentual a ser adotado deve observar as particularidades de cada região e de cada negócio.

No que se refere à previsão do projeto de considerar parcela indenizatória o valor das comissões que, somado com a remuneração e demais vantagens, ultrapassar o teto do salário de contribuição do Regime Geral da Previdência Social, Motta considera haver subtração de direitos irrenunciáveis do trabalhador.

O diretor de Assuntos

Legislativos da CNTC, José Francisco Pantoja Pereira, considera importante regular o pagamento de comissões por meio de lei para que os comerciantes não dependam das decisões mutáveis dos empregadores. Atualmente, informou, a categoria fica à mercê da fixação de metas pelo empresário para ter direito a comissões.

— Se 4% é muito, também não é possível ficar sem o nosso percentual sobre a venda — disse Pantoja, ao sugerir que patrões e empregados cheguem a um denominador

comum sobre a questão.

Para o diretor suplente da CNTC José Alves Paixão, o projeto de Ruben Figueiró, ao definir o percentual de comissão sobre vendas para todos os trabalhadores, corrige a “perversidade” do sistema de produção.

Ele denunciou as más condições de trabalho enfrentadas por grande parte da categoria, como a falta de água potável e de sanitários para uso dos trabalhadores de shoppings. Na avaliação dele, os empresários querem “lucratividade, mas não querem dividir o bolo”.

Senado analisa atendimento obrigatório a vítima de violência sexual

Os municípios deverão manter pelo menos um hospital de referência para atendimento emergencial a vítimas de violência sexual, oferecendo tratamento médico e psicológico, profilaxia de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, facilitação de denúncia policial e coleta de material para identificação do agressor.

A assistência está prevista no projeto PLC 3/2013,

primeiro item da pauta de votações de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A autora da proposta, deputada Iara Bernardi (PT-SP), explica que o projeto torna lei um protocolo que, embora previsto no Sistema Único de Saúde (SUS), não costuma ser cumprido.

No voto favorável, a relatora, Ângela Portela (PT-RR), afirma que a iniciativa é meritória por “buscar garantir

amplo atendimento à saúde e amparo legal e social às vítimas de violência sexual, sem distinção de gênero entre as vítimas”.

— Sabemos que não são raros os casos de violência sexual contra crianças, jovens e idosos, do sexo masculino, bem como contra transexuais, travestis e homossexuais de qualquer sexo. O projeto trata de não fazer distinção de gênero entre as vítimas.



Texto busca garantir atendimento médico e amparo legal, diz Ângela

Em sabatina na CRE, diplomata destacou o papel da Santa Sé como mediadora de conflitos internacionais e apontou o papa Francisco como conhecedor da realidade latina

Indicação de embaixador no Vaticano é aprovada

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação de Denis Fontes de Souza Pinto para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

O diplomata foi coordenador-geral de Orçamento e Finanças e diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério de Relações Exteriores antes de chegar ao posto atual, de subsecretário-geral do Serviço Exterior.

Foi conselheiro em Paris (França) e Pretória (África do Sul) e ministro-conselheiro na Missão junto à União Europeia, em Bruxelas.

O Vaticano, com apenas 44 hectares de território, tem aproximadamente 800 habitantes fixos, dos quais metade detem cidadania vaticana em função do vínculo do serviço.

Durante sabatina na comissão, os senadores questionaram a perda crescente de fiéis da fé católica para as igrejas pentecostais, o

conservadorismo e a barreira do celibato. Denis Fontes falou sobre as diretrizes, reflexões e desafios da missão do governo brasileiro junto ao Vaticano.

Papa

O embaixador destacou as relações do Brasil, país de maior população católica do mundo, com a Santa Sé, que sobressai como um agente diplomático bastante ativo e com capacidade para negociar tratados e mediar conflitos internacionais.

Também foi ressaltado o papel da Santa Sé (o governo da Igreja Católica) como observadora permanente da Organização das Nações Unidas (ONU), com direito a voz, além de outras entidades como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Denis Fontes destacou a posição suprapartidária do Vaticano e caracterizou o papa Francisco como aberto ao diálogo, próximo do povo e profundo conhecedor da realidade latino-americana.



O embaixador Denis Fontes destacou a capacidade diplomática do Vaticano durante sabatina presidida por Ferraz (D)



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Faltoso, Patriota confirma presença na próxima reunião

Durante a sabatina, foi lida comunicação do chanceler Antonio Patriota confirmando a vinda dele à comissão. Em função da ausência do ministro, convidado para debater semana passada a Aliança do Pacífico, a CRE condicionou a sabatina de três diplomatas à presença de Patriota. A indicação de Fontes só foi analisada por causa de agenda bilateral, com a vinda do papa ao Brasil.

Campanha tenta evitar uso do domínio .amazon

Com o apoio do Comitê Gestor da Internet (CGI), parlamentares e entidades governamentais e da sociedade lançam hoje, no Senado, a campanha Nossa Amazônia — Contra a Privatização do Nome Amazônia, devido à solicitação feita pela gigante do comércio on-line Amazon para uso do domínio genérico .amazon, palavra inglesa que significa Amazônia.

Os organizadores já disponibilizaram na internet um abaixo-assinado (www.nossaamazonia.org.br) que será entregue, no próximo mês, na reunião do Comitê Gestor de Governos da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (Icann), na África. A Icann está avaliando mais de 2 mil pedidos de novos sufixos que vão mudar o ambiente na internet, que abriga atualmente domínios como

.com, .net, .gov e o código de países como .br.

— Consideramos essa uma questão grave porque interesses exclusivos particulares não podem estar acima das várias nações. O registro de domínio genérico que faz referência à região da Amazônia não deve estar atrelado exclusivamente a interesses comerciais — disse ontem Vanessa Grazziotin (PCdoB), em discurso.

Impedimentos

A senadora lembrou que o diretor da Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, Benedicto Fonseca Filho, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, fez um alerta sobre a possibilidade da perda do nome de uma região para uma empresa privada. Ele afirmou que os governos da região estariam impedidos de usar o nome, por exemplo, para ações de

defesa do meio ambiente ou de proteção dos indígenas.

O Comitê Gestor de Governos da Icann vai avaliar solicitação dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) — Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Guianas e Suriname — para que o órgão aprove recomendação evitando que interesses privados prevaleçam sobre o público e que o pedido da Amazon seja retirado da lista de avaliação.

— É importante que a população dos oito países que compõem o bioma da Amazônia esteja mobilizada para barrar a intenção da Amazon — disse Vanessa.

Amanhã, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) volta a debater o assunto em audiência com os embaixadores da OTCA e outros convidados.

Abaixo-assinado

Lista de autoridades confirmadas até o momento para o lançamento da campanha

- **Benedicto Fonseca Filho** — diretor da Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty
- **Jerjes Justiniano** — embaixador da Bolívia e membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)
- **Merlin Udho** — embaixador da Guiana
- **Maria Elvira Pombo** — embaixadora da Colômbia
- **Clemente Baena Soares** — representante da OTCA e do Ministério de Relações Exteriores
- **Robby Ramlakhan** — secretário-geral da OTCA
- **Maurício Dorfler** — diretor-executivo da OTCA
- **Carlos Aragón** — diretor administrativo da OTCA
- **Natasha Halfhuid** — ministra-conselheira da embaixada do Suriname
- **Carl Lijong** — segundo-secretário da embaixada do Suriname
- **Rubens Gomes** — presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
- **Percival Henriques de Souza** — presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid) e representante do Comitê Gestor da Internet
- **José Carlos Torves** — diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

Senadores:

- **Paulo Paim** (PT-RS)
- **Eduardo Suplicy** (PT-SP)
- **Inácio Arruda** (PCdoB-CE)
- **Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
- **João Capiberibe** (PSB-AP)
- **Acir Gurgacz** (PDT-RO)
- **Ivo Cassol** (PP-RO)
- **Valdir Raupp** (PMDB-RO)
- **Ângela Portela** (PT-RR)
- **Ataídes Oliveira** (PSDB-TO)
- **Flexa Ribeiro** (PSDB-PA)

Deputado:

- **Evandro Milhomen** (PCdoB-AP)

Funcionamento da internet durante Copa e Olimpíadas será discutido em audiência

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem requerimento de Ângela Portela (PT-RR) para realização de audiência pública sobre a situação da internet no Brasil durante os megaeventos esportivos. A senadora quer ouvir a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o

Ministério das Comunicações e as operadoras sobre a situação da internet no país para evitar a possibilidade de um apagão durante a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), elogiou a

iniciativa e reclamou de problemas que teve ao utilizar a internet durante o jogo Brasil contra o Japão, no sábado.

— Fui ao jogo, e o meu celular não pegava internet lá — disse o senador.

A audiência vai acontecer no dia 2. Ângela também pediu vista do PLS 474/2012, que

permite a dedução, no Imposto de Renda Pessoa Física, de doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica.

— Eu gostaria de pedir vista desse projeto até a semana que vem para que o governo possa fazer uma apreciação melhor, dar um parecer a respeito desse projeto, que é

de extrema relevância para o desenvolvimento.

O texto, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), tem parecer favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

A votação dos demais projetos da pauta da CCT foi adiada por falta de quórum na comissão.

Avança projeto que torna Enem obrigatório ao fim do ensino médio

Comissão de Educação aprovou texto em primeiro turno; objetivo é tornar o exame um termômetro da qualidade da educação no Brasil

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de lei que torna obrigatório o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para todos os alunos do 3º ano. A intenção é de que o exame faça parte de um sistema mais ambicioso de avaliação da qualidade do ensino médio e de indução de mudanças curriculares, sem deixar de ter a função de selecionar alunos para o ensino superior.

O PLS 696/2011, de Anibal Diniz (PT-AC), foi aprovado pela comissão na forma de um texto substitutivo sugerido por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do projeto. Voltará à pauta da próxima reunião da CE, para votação em turno suplementar — exigência regimental para substitutivos aprovados em caráter terminativo. Se confirmado, poderá ir para a Câmara dos Deputados.

O autor pretende ainda que,



Cyro Miranda, presidente da Comissão de Educação, conduz a reunião em que se aprovou o projeto de lei sobre o Enem

por meio da universalização, sejam evitadas estratégias usadas por escolas para obter boa avaliação institucional, como a seleção apenas dos melhores estudantes para fazer a prova. A imprensa já noticiou a criação de falsas filiais de colégios, para registrar nas unidades fictícias os bons alunos, que dão à instituição uma boa colocação no ranking do Enem.

O Enem vem sendo utilizado como forma de seleção unificada para admissão nas universidades federais desde 2009. Os resultados podem servir como nota única — pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) —, como fase do vestibular ou ainda como parte da pontuação. A nota serve para certificar a conclusão do ensino médio em cursos de educação de jovens e adultos

(EJA), assim como para a obtenção de crédito pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

O autor do projeto cita o rápido aumento das adesões das universidades. Para ele, a função pode ser ainda mais valorizada, para que o sistema sirva como instrumento de avaliação do ensino médio e de ajustamento dos currículos nessa fase de formação.

Relator quer impedir escolas de manipular notas do exame

Para Antonio Carlos Valadares, o relator, mesmo estando corretos os objetivos do projeto, não basta criar uma regra para universalizar imediatamente

a prova para que a nova configuração avaliativa do Enem prevaleça. Por isso, sugeriu no substitutivo a aplicação progressiva do Enem, até a

obrigatoriedade para todos os concluintes. Assim, haverá tempo de criar um sistema de tratamento das notas.

Para evitar o uso do Enem

em “publicidade enganosa”, ele propõe que as escolas sejam impedidas de adotar critérios que dificultem a participação de certos alunos no exame.

Adiada votação de texto sobre feriados na sexta

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) adiou mais uma vez a votação do projeto que transfere automaticamente para as sextas-feiras as comemorações dos feriados nacionais que caírem nos demais dias da semana. Na semana passada, sem acordo, os senadores já haviam adiado a decisão.

Pelo PLC 108/2009, há exceção para os feriados que caírem nos sábados e domingos e ainda para os dias da Confraternização Universal (1º de janeiro), da Independência (7 de setembro) e do Natal (25 de dezembro), que seriam mantidos no dia em que de fato ocorressem. A proposta também não se aplicaria a feriados estaduais e municipais.

O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que recomenda a aprovação, sugeriu emenda estabelecendo que os feriados de 12 de outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida) e do dia de Corpus Christi também sejam comemorados na própria data.

“Vai e volta”

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a ideia de alterar os feriados “vai e volta, estimulada pela crença errada de que nos demais países não há tantos feriados”. Na visão dele, recessos longos devido a feriados emendados são vantajosos, pois estimulam a indústria do turismo. Já para José Agripino (DEM-RN), o adiamento das comemorações para as sextas-feira protege o setor produtivo.

Para facilitar a votação, Valadares chegou a sugerir que Inácio Arruda formalizasse sugestão de emenda destinada a garantir que o Dia Internacional do Trabalho, em 1º de maio, fosse também mantido. Paulo Bauer (PSDB-SC) argumentou que há outros aspectos da proposta mercedores de exame. Assim, a comissão suspendeu o debate e adiou a votação.

Proposta fortalece ensino intercultural nas comunidades indígenas

Os povos indígenas podem passar a contar com o direito de usar a língua materna, ao lado do português, nos processos de aprendizagem e avaliação, inclusive com metodologias específicas, durante toda a formação escolar e acadêmica. A medida, que flexibiliza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), é prevista em projeto aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 186/2008), de Cristovam Buarque (PDT-DF), a regra se estende à educação básica, cursos profissionalizantes e de nível superior. O texto foi aprovado com três emendas, como sugerido no relatório apresentado por Paulo Paim (PT-RS), em substituição a Valdir Raupp (PMDB-RO).

Como a LDB já prevê ensino fundamental multilíngue nas escolas indígenas, Cristovam pretendia apenas acrescentar artigo para garantir

que a avaliação nas escolas respeitasse particularidades culturais das comunidades.

Raupp, no relatório lido por Paim, apresentou emendas para ampliar o alcance do projeto. Ele propôs a possibilidade de uso de línguas indígenas e processos próprios de aprendizagem e avaliação direcionados aos índios durante todo o processo educacional, até no ensino superior, fortalecendo o apoio do Estado à manutenção de línguas minoritárias.



Projeto de Cristovam deve seguir agora para análise dos deputados

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Nova proposta de FPE segue para a Câmara

Texto aprovado ontem pelo Plenário do Senado tem pouca diferença do projeto que foi rejeitado pelos deputados na semana passada. Prazo para novo modelo acaba no dia 27

O PLENÁRIO APROVOU ontem, pela segunda vez este ano, novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Foram 54 votos favoráveis e 9 contrários. O texto (PLS 240/2013 — Complementar) difere em poucos pontos da proposta anterior, aprovada pelos senadores em abril e rejeitada pela Câmara na semana passada.

A Câmara terá agora cerca de uma semana para decidir se aceita ou não a nova divisão. Vários senadores, principalmente Waldemir Moka (PMDB-MS), alertaram para o risco de os deputados rejeitarem também essa proposta, por ser semelhante à anterior. Prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para definição de um novo modelo de partilha se esgota dia 27.

Walter Pinheiro (PT-BA), relator do novo texto, fez um apelo aos colegas pelo entendimento, depois de explicar com detalhes as novas alterações. O parlamentar disse que a nova proposta não acarretará perdas financeiras a nenhum estado e que haverá apenas uma redução gradual da participação, condicionada ao aumento real da arrecadação.

— Não está em jogo buscar fazer o atendimento deste ou daquele estado, desta ou daquela região, mas buscar exatamente o ponto de equilíbrio, como nós fizemos na proposta original, a preservação da base — afirmou o senador.

Pinheiro apresentou pareceres contrários às três emendas apresentadas em Plenário, de Paulo Paim (PT-RS), Lobão Filho (PMDB-MA) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Ele argumentou que as três emendas desrespeitavam a diretriz constitucional de 85% do FPE ter de ser destinado aos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O projeto prevê a distribuição dos recursos do FPE nos critérios atuais até 2015. A partir de 2016, cada estado terá um repasse mínimo igual ao mesmo valor recebido em 2015, com a variação acumulada do IPCA mais 75% da variação real do produto interno bruto (PIB) no período. O projeto rejeitado pelos deputados fixava em apenas 50% da variação do PIB.

Os recursos do FPE que sobram serão distribuídos de acordo com a população e o inverso da renda domiciliar per capita. O fator populacional terá limite mínimo de 1,2%, aumento de 20% em relação à proposta rejeitada pela Câmara.

A nova proposta prevê ainda um redutor nas parcelas dos estados com renda domiciliar per capita superior a 72% da renda média nacional. No projeto anterior, a percentagem era de 71%. Para Pinheiro, as mudanças atendem os estados menos desenvolvidos e aqueles com menor população e que têm maior dependência dos repasses do FPE.

Antes do início da votação,

Segundo Pinheiro, presidente da Câmara acredita que texto possa ser votado até terça-feira



Em Plenário, senadores aprovam as novas regras de distribuição após longos debates. Foram 54 votos favoráveis e 9 contrários

Pinheiro disse que o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, afirmou que aquela Casa tem condições de aprovar o novo projeto na terça-feira. Henrique Alves também teria dito que o presidente do STF, Joaquim Barbosa, garantiu que as novas regras podem ser aprovadas até o dia 27 sem que o prazo estabelecido pelo tribunal seja desrespeitado.

Hoje, estados do Sul e do Sudeste recebem 15% do FPE, enquanto os do Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficam com 85%. A Bahia lidera o ranking e recebeu em 2012 R\$ 4,6 bilhões (9,39%). O Distrito Federal, em último lugar, recebeu R\$ 342 milhões (0,69%).

O FPE, previsto na Constituição, é composto de 21,5% da receita do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ambos vêm tendo o peso diminuído no conjunto das receitas da União. Estudo do Conselho Nacional

de Política Fazendária (Confaz) mostra que a participação do IR e do IPI, de 76% no total das receitas da União em 1988, caiu para 55% em 2010. Já as contribuições, cujas receitas são exclusivamente da União, subiram de 24% para 45% no mesmo período.

Debates

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pediu a rejeição do projeto sob o argumento de que retira recursos de estados pobres como Paraíba e Rio Grande do Norte para entregar a estados ricos como São Paulo e Minas Gerais. José Agripino (DEM-RN) criticou a falta de articulação do governo federal com os estados. Francisco Dornelles (PP-RJ) disse estranhar a posição de alguns senadores em relação aos estados do Sudeste. Segundo ele, perdas e ganhos não representam quase nada para um estado como o Rio de Janeiro.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) considerou um equívoco a justificativa da ação dos estados mais ricos para retirar recursos do Nordeste. José Sarney (PMDB-AP) pediu atenção para o momento delicado por que passa o país, em que o Legislativo é acusado de não dar soluções e criar um vazio em torno dos problemas nacionais. Sarney disse que a proposta foi elaborada por todos os senadores, sendo fruto da “arte do possível”. Para Sarney, a Câmara agiu “imprudently” ao recusar o primeiro projeto do Senado.

Waldemir Moka (PMDB-MS) manifestou pessimismo em relação à possibilidade de aprovação pela Câmara dos Deputados.

— Não vi que Walter Pinheiro tenha produzido alguma modificação no seu projeto. Se não tivermos isso, provavelmente, haverá o mesmo desfecho na Câmara — previu o senador.

Ato Médico é aprovado no Plenário e vai para sanção presidencial

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto do Ato Médico, que regulamenta a atividade médica, restringindo à categoria atos como a prescrição de remédios e o diagnóstico de doenças.

O projeto, que tramitou por quase 11 anos no Congresso e foi tema de 27 audiências públicas, vai agora para a sanção presidencial.

Apresentado em 2002, o projeto já saiu do Senado, em 2006, na forma de substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Na Câmara dos Deputados, foi modificado novamente e voltou para o Senado como novo substitutivo (SCD 268/2002) em 2009. Esse foi o texto que serviu de base para o aprovado ontem.

O projeto estabelece que são atividades exclusivas do médico cirurgias, aplicação de anestesia geral, internações e altas, emissão de laudos de



Da galeria do Plenário, médicos aplaudem os senadores depois da aprovação do projeto de lei do Ato Médico

exames endoscópicos e de imagem, procedimentos diagnósticos invasivos e exames anatomopatológicos (para o diagnóstico de doenças ou para estabelecer a evolução dos tumores).

Não são atividades exclusivas de médicos os exames citopatológicos e os laudos, a coleta de material biológico para análises clínico-laboratoriais

e os procedimentos através de orifícios naturais em estruturas anatômicas (visando à recuperação físico-funcional e não comprometendo a estrutura celular e tecidual).

Único a se posicionar contra o projeto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse não concordar com a ideia de fixar uma lei para uma área tão dinâmica como a medicina.

Na opinião dele, a legislação corre o risco de ficar obsoleta em pouco tempo.

— Há no Brasil uma fúria regulamentadora de profissões. Sei que há uma briga pelo mercado de trabalho entre diferentes profissões que deveriam trabalhar conjuntamente, mas essa divisão não comporta uma legislação — protestou.

Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE) e Lúcia Vânia defenderam a proposta, ressaltando a importância dela para a saúde pública e para os profissionais da área.

Valadares, relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), destacou que, das 14 profissões da área da saúde, apenas a profissão de médico ainda não era regulamentada.

Lúcia Vânia, relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), afirmou que o Ato Médico não vai interferir em nenhuma das atribuições de outras profissões da saúde.

Durante a tramitação da proposta, profissionais dessas áreas manifestaram preocupação e solicitaram clareza para limitar a prescrição do médico à área médica e, assim, liberar a autonomia profissional de outras especialidades, como a fisioterapia, a psicologia e a enfermagem.

Aprovada desoneração da cesta básica

Medida será encaminhada à sanção e teve incorporada ao seu texto o da MP sobre redução na conta de energia, que não foi votado antes por ter chegado tarde ao Senado

O PLENÁRIO APROVOU, com emendas, a proposta que reduz a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins sobre a importação de produtos da cesta básica de alimentos. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2013, proveniente da Medida Provisória (MP) 609/2013, será encaminhado à sanção presidencial.

Aprovado na Câmara no dia 11, o projeto também incorpora a MP 605/2013, que assegura desconto na conta de energia elétrica, com antecipação dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A medida nem mesmo foi lida em Plenário por ter chegado ao Senado com menos de sete dias para a tramitação, conforme decisão recente adotada pela Casa.

Durante a votação do PLV 15/2013, José Agripino (DEM-RN) criticou rejeição de emenda de sua autoria para que as massas falidas de concessionárias falidas só pudessem ser vendidas por meio de licitação, a cargo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Pelo texto aprovado, lamentou o senador, as concessionárias poderão escolher o comprador da massa falida, o que poderá gerar complicações futuras para o



Agripino (ao microfone) critica rejeição de emenda e Lúcia Vânia (sentada) ressalta inclusão de material escolar na cesta

Senado. Também foi rejeitada em Plenário emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacada por Aloizio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estendia a desoneração do PIS às receitas correntes dos estados e municípios, aos capitais recebidos e às transferências feitas pela União a essas unidades federativas.

Flexa lembrou que a emenda foi apresentada pelos 27 governadores em encontro promovido por Renan Calheiros

e pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, para discussão de projetos relacionados a um novo pacto federativo.

O mérito da emenda foi defendido pelo líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), mas ele observou que isenções devem ser feitas por meio de lei complementar, e não por projeto de lei ordinária. Braga afirmou ainda que o teor da emenda já vem sendo

discutido na Câmara, em projeto que trata da renegociação da dívida dos estados. Para o revisor-relator da medida, Lobão Filho (PMDB-MA), a aprovação da emenda comprometeria os recursos da Seguridade Social.

Inflação

A aprovação do PLV 15/2013 foi saudada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Ele disse que o sistema tributário

brasileiro “é injusto” e que o projeto é importante para a população menos favorecida, que sofre mais com a alta da inflação.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) também manifestou apoio ao texto e disse que o Brasil amarga uma das maiores cargas tributárias do mundo. A senadora avaliou que o projeto “alivia a inflação” e ressaltou que emenda de autoria dela incluiu material escolar entre os itens da cesta básica.

Francisco Dornelles (PP-RJ) observou que o artigo 12 da proposta aprovada estabelece que, para as concessões de geração de energia elétrica, o prazo de vigência do respectivo contrato de concessão será recomposto mediante assinatura de termo aditivo, contando como termo inicial a data da emissão da licença ambiental.

— Isso é necessário. Tivemos algumas situações em que o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] levou 10, 11 anos para dar uma licença ambiental. Logo, o prazo de concessão, logicamente, tem que ser contado a partir do momento em que o governo, através do Ibama, deu o projeto de concessão.

MP de capitalização do sistema financeiro vai para sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/2013, decorrente da Medida Provisória (MP) 608/2013. A proposta, que trata da conformação do sistema financeiro brasileiro aos acordos de Basileia 3, foi aprovada sem modificações em relação ao texto da Câmara dos Deputados e segue agora para a sanção presidencial.

Para o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), relator da medida provisória, a matéria é de fundamental importância para a economia do país, já que diz respeito à preservação e à integridade do sistema financeiro brasileiro.

— Estamos diante de uma matéria que diz respeito à

estabilidade do nosso sistema financeiro, que se adequará as normas de Basileia 3, que tem por princípio fundamental aumentar a liquidez, a solidez do sistema financeiro — disse.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que também elogiou a medida, ressaltou o papel das instituições financeiras no crescimento econômico do país. Ele frisou que as modificações na legislação fiscal e contábil, previstas na medida, eram urgentes para permitir o enquadramento do país às regras de Basileia 3.

Os acordos de Basileia 3 são um conjunto de propostas de regulamentação bancária firmadas, em dezembro de 2010, para fortalecer o sistema financeiro. A iniciativa é do



Relator, Cássio Cunha Lima avalia projeto como fundamental à economia

Fórum de Estabilidade Financeira e do G20, grupo formado pelos ministros de Finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O nome Basileia faz referência à cidade de mesmo nome, na Suíça, onde um primeiro acordo econômico internacional foi assinado em 1988.

A ideia é que os bancos se preparem melhor para evitar o impacto de crises financeiras, como a de 2008. Na prática, a matéria cria novas opções de capitalização dos bancos, como a obtenção de crédito presumido e a possibilidade de transformar a letra financeira em ações. Segundo o parecer da comissão mista, que deu origem ao PLV, os bancos não poderão usar prejuízos fiscais de mais de um ano no cálculo do crédito presumido.

O crédito presumido criado pela MP permitirá aos bancos um ressarcimento tributário de parte das provisões feitas para créditos de liquidação duvidosa (aqueles que o banco julga ter maior risco de não serem pagos pelo devedor). Atualmente,

essas provisões são consideradas contabilmente como despesas, mas não passíveis de serem deduzidas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) enquanto o banco não receber o valor devido. A diferença entre o que foi provisionado e o que foi efetivamente recebido em atraso será usada para calcular o crédito presumido.

Estimativa do governo prevê a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado de R\$ 2,84 bilhões em três anos (de 2014 a 2016). O total de crédito presumido será limitado ao menor de dois valores: o prejuízo fiscal no ano-calendário anterior ou a diferença entre a provisão e o recebido.

Dilma envia ao Congresso o Marco Regulatório da Mineração

A proposta do novo Marco Regulatório da Mineração foi apresentada ontem pela presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. As medidas, que vão regular a exploração mineral do subsolo brasileiro, foram enviadas ao Congresso Nacional sob a forma de projeto de lei e vão tramitar em regime de urgência.

Entre as mudanças previstas, estão alterações nos critérios para a cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), uma espécie de royalties da mineração. O Cfem incidirá sobre a receita bruta das empresas (e não mais sobre a receita líquida), com alíquota máxima de até 4% (hoje chega

a 3%). Com isso, o governo espera dobrar a arrecadação.

A distribuição do dinheiro foi mantida: 65% para os municípios, 23% para os estados e 12% para a União.

O Executivo decidiu criar o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM). O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) dará lugar

a uma nova agência reguladora, a Agência Nacional de Mineração.

Segundo Dilma, o novo Marco Regulatório da Mineração pretende atualizar a legislação, aumentar a competitividade do setor e dar mais segurança jurídica.

Além de governadores, ministros e deputados federais,

participaram da cerimônia os senadores Ana Rita (PT-ES), Ângela Portela (PT-RR), Eduardo Braga (PMDB-AM), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Romero Jucá (PMDB-RR), Sérgio Petecão (PSD-AC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Wilder Moraes (DEM-GO) e Walter Pinheiro (PT-BA).